



*Agenda 150 Anos de Memória
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem ao
Desembargador Fernando Euler Bueno*

24/06/2015

ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

DISCURSO - Des. Justino Magno Araújo (Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo)

PALAVRAS PROFERIDAS - Antonio Carlos Mourão Bonetti (Vice-Presidente da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo)

DISCURSO PROFERIDO EM NOME DA FAMÍLIA - Carlos Eduardo da Matta (genro do homenageado)

ENCERRAMENTO - Dr. José Renato Nalini (Presidente do Tribunal de Justiça)

A Corte paulista, em cerimônia realizada no Palácio da Justiça, homenageou o desembargador Fernando Euler Bueno, em continuidade à **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante**.

O Tribunal de Justiça de São Paulo promoveu homenagem ao desembargador Fernando Euler Bueno, por meio do projeto **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante**, cuja finalidade é dignificar e enobrecer desembargadores, juízes e servidores do Judiciário paulista.

O desembargador **Justino Magno Araújo** foi orador nome da Corte

É sempre bom podermos retornar a esta Corte de Justiça, dentro do Projeto 150 Anos de memória Histórica do Tribunal de Justiça de São Paulo, para homenagear as figuras dos ilustres Desembargadores que integraram este egrégio sodalício, que em 2015 está completando 141 anos de existência.

A nós coube homenagear a pessoa do ínclito Desembargador FERNANDO EULER BUENO, que integrou este Tribunal durante 23 anos no período compreendido entre 1956 e 1979.

O ilustre Desembargador Euler Bueno foi nomeado para o Tribunal de Justiça de São Paulo pelo 5º. Constitucional da OAB, vindo a preencher a vaga deixada pelo Desembargador Mário Masagão, que foi insigne jurista e administrativista.

Na lista tríplice enviada ao Sr. Governador do Estado, além do nome do escolhido, constavam os nomes dos ilustres causídicos, Licínio dos Santos Silva e Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, fixando-se o Sr. Governador Jânio da Silva Quadros, no nome do Dr. Euler Bueno, que tomou posse em 1º de março de 1956, sendo na ocasião saudado pelo ilustre Des. Justino Maria Pinheiro.

O Desembargador EULER BUENO, filho do advogado Dr. Pedro Bueno De Camargo Silveira, e de Dna. Marieta Euler Bueno nasceu em Amparo, neste Estado, em 29 de abril de 1915.

Cursou o Ginásio do Estado nesta Capital, e depois de concluir o segundo grau, veio a ingressar na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde se formou em 1937.

Durante o Curso de Direito, foi Presidente da Associação Acadêmica Álvares de Azevedo, e depois de formado, passou a advogar assiduamente, e em 1949 tornou-se integrante do Instituto dos Advogados de São Paulo, como membro efetivo.

Como advogado, foi eleito juiz do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, na classe jurista, tendo atuado no período compreendido entre 1952 e 1955.

A propósito do Quinto Constitucional que é uma criação eminentemente brasileira, o ilustre Ministro Enrique Lewandowsky teve a oportunidade de proclamar, recentemente, que judiciário é enriquecido com o quinto, pois ele impede o hermetismo corporativo formado apenas por Magistrados de carreira: na medida em que os Advogados trazem para a função de juiz suas experiências com os embates de aspectos polifórmicos da vida humana, colhendo experiências do cotidiano do homem comum, em busca da almejada justiça.

Foi exatamente o que ocorreu com o ingresso do Desembargador EULER BUENO neste Tribunal, pois embora ainda fosse muito jovem, à época de sua posse, possuindo 40 anos de idade, já trazia da banca de advogado experiência suficiente, o que sem dúvida contribuiu para que suas decisões exprimissem o melhor Direito.

Descendente de ancestrais portugueses e também de troncos suíço e alemão, o Desembargador EULER BUENO foi casado com Dna. Catarina, de cuja união nasceram os filhos João Pedro e José Roberto, ambos engenheiros, Fernando Luís, advogado e Maria Lúcia, psicóloga, que lhes deram 13 netos além de vários bisnetos.

Uma característica da família é o fato de que ela congrega já cinco gerações formadas pela Faculdade de Direito da USP, chegando atualmente à bisneta Isabela, a quem o Desembargador EULER BUENO teve a oportunidade de deixar uma derradeira mensagem, cumprimentando-a pela escolha do curso de Direito, desejando-lhe amplo



sucesso na carreira.

O nosso homenageado foi igualmente Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, no período 1963 a 1965, voltando a esse sodalício que integrara anos antes como jurista.

Participou também da fundação da Associação dos Advogados de São Paulo, tendo sido por ela homenageado em 2013, como sócio mais antigo, ainda vivo.

Pela Santa Casa de São Paulo recebeu o título de irmão remido, tendo Integrado diversas entidades, fora do campo do Direito.

Possuía um sítio em Itapevi, na Grande São Paulo, onde tirava os sábados e domingos para dedicar-se à arte manual da marcenaria, construindo e restaurando peças antigas.

Nesse aspecto era um pesquisador, viajando constantemente para cidades mineiras, em busca de mobiliário antigo, que utilizava para trabalhar na oficina que montou com dois amigos.

Foi um dos criadores do Museu do Tribunal de Justiça de São Paulo, para o qual teve a oportunidade de doar uma vara de juiz Ordinário do Século XVI, e que entregou pessoalmente em 1995 ao Desembargador Prestes Barra.

Tendo espírito aventureiro, participou, na década de 70, de uma viagem ao redor do mundo, visitando vários países, com sua esposa e amigos.

Depois de aposentado como Desembargador, voltou a advogar, e teve uma vida longa e rica, não apenas no campo intelectual como no labor artístico, falecendo aos 99 anos de idade em setembro de 2014.

Como ele mesmo teve a oportunidade de afirmar, quando de sua posse nesta Corte de Justiça:

“Aquele mesmo Tribunal, que tenho tido sempre diante de mim como meta mais alta de meus apelos de advogado, sinto-o agora, ao meu derredor, estudante em sua missão quase divina de julgar, a receber-me em seu seio, para julgar também”.

E ele soube conduzir airoso sua elevada missão de julgar, durante os 23 anos em que aqui julgou, dele se podendo dizer: dignificou a profissão de advogado e honrou sobremaneira a carreira de juiz, sabendo envergar com altivez não apenas a beca de advogado, mas igualmente a solene toga de Desembargador.

Muito obrigado

Antonio Carlos Mourão Bonetti, vice-presidente da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, também proferiu algumas palavras em tributo à memória de Euler Bueno: “Deixou um legado de integridade, independência e imparcialidade, além de um legado de saudade.”

Em seguida, **Fernando Luis Cardoso Bueno**, filho de Euler Bueno, agradeceu em nome da família a homenagem.

Exmo. Sr. Des. Eros Picelli E. Presidente em exercício desta Corte. Exmo. Sr. Orador, Des. Justino Magno Araújo.

Eminente Colega Antônio Carlos Mourão Bonetti Ilustre Vice-Presidente da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da USP Exmos. Srs. Desembargadores membros desta E. Corte Bandeirante, Senhoras e Senhores que nos honram com sua presença.

Em nome da Família de nosso Patriarca, paradigma de pessoa humana, exemplo que todos buscamos adotar para nossas vidas, agradeço a homenagem que presta esta Corte, a seu integrante de intensos 23 anos – 1956 a 1979 – o saudoso Des. Fernando Euler Bueno, meu querido pai. Válidas e de grande alcance para nossa comunidade jurídica, as celebrações do sesquicentenário do Tribunal de Justiça de São Paulo. Tocantes e muito expressivas as palavras do Eminentíssimo Magistrado Orador, rica em detalhes que bem ilustram a personalidade de nosso homenageado. Muito obrigado.

A vida de Fernando Euler Bueno sempre transbordou despreendimento e doação. Nascido em Amparo, neste Estado, seus pais se transferiram para São Paulo visando proporcionar aos filhos o que de melhor pudessem para sua educação. Estudou no Ginásio do Estado, na Escola Americana (Mackenzie) e na Escola Alemã (Olinda Schulle).



Cursou Direito nas Arcadas, como o pai Pedro, graduando-se em 1937. Teve como colegas Gofredo da Silva Telles Jr., José Geraldo Rodrigues de Alkmin e Young da Costa Manso entre outros.

Ainda estudante, como solicitador acadêmico, entregou-se ao Direito em busca dos ideais de Justiça. Ingressou no escritório de seu pai Pedro que ajudou a fazer prosperar e impor-se como banca de advocacia de renome no Estado de São Paulo e nos tribunais superiores.

Participou do Grupo de Advogados que a 18 de setembro de 1942 redigiu e assinou a Carta de Compromisso da futura Associação dos Advogados de São Paulo. Para sempre a ela vinculou-se. Recentemente, recebeu honrosa incumbência, representando o corpo associativo, como seu associado de nº 6, co-fundador mais antigo vivo, por ocasião das celebrações dos 70 anos de fundação quando homenageada aquela pela Câmara Municipal de São Paulo. Foi membro do Instituto dos Advogados de São Paulo desde 1949.

Em 1946, convocado pelo sogro, Engenheiro João Pedro Cardoso, que tanto admirava e respeitava pelas décadas de vida dedicada ao desbravamento do sertão do Estado de São Paulo e ao deslinde das importantes questões de divisas com os estados vizinhos, entregou-se, como Irmão Remido da Santa casa de Misericórdia de São Paulo, à causa do atendimento à saúde da comunidade paulistana carente, passando, em 1957 à categoria de Irmão Benemérito e Mesário desde 1969 e até 2008, acumulando, inclusive a função de Presidente da Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho, mantenedora da Faculdade de Medicina da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, padrão no ensino da Medicina em São Paulo.

Com 41 anos de idade, incompletos, entregou-se à causa da Justiça pelo exercício do Direito, abrindo mão de seu exitoso escritório de advocacia, com o apoio e a compreensão de sua esposa Ketty e de seus 4 filhos, ainda adolescentes, atendendo a chamamento irrecusável. Sobre esse momento do ingresso na magistratura em sua vida assim se referiu em sua carta de despedida desta E. Corte, 23 anos depois, em 1979:

Convocado, em 1956, das fileiras da advocacia, vim integrar a composição de um Colégio de homens, mais velhos, sábios e experientes, cujo convívio, generoso e acolhedor, lições sem conta me ministrou. O nome saudoso, sempre lembrado, padrão de Desembargador, com que a minha mente define a magnitude da Corte, desde então, é o de Alexandre Delfino de Amorim Lima; inteligência penetrante, opulento saber, caráter sem jaça, grande coração.

Nessa mesma carta, diante da aposentadoria que requerera, aos 65 anos de idade, assim expressou, justificando com sua devoção à causa da Justiça, sua preocupação com o cumprimento do dever:

Há treze anos venho declinando do direito à aposentadoria, por amor à Instituição e por devoção ao seu trabalho, particularmente exaustivo por que voltado para o direito alheio, cujo trato se não compadece com a sofreguidão e com a superficialidade, lembrada aqui a recomendação de Lord Chesterfield – “o que se não faz, ou se não conhece, senão por metade, nem está feito, nem se conhece”.

Resumida aí sua postura de magistrado obstinadamente cuidadoso e detalhista repercutida nas sessões de julgamento, em que, em um sem contar de vezes, como terceiro juiz pedia vista dos autos para divergir e virar o resultado.

Desse seu verdadeiro sacerdócio nesta Corte me vem à lembrança o austero carro oficial preto do Tribunal passando em dias de sessão para apanhá-lo, já com dois desembargadores a bordo (Bonfim Pontes e Góes Nobre). Também minha presença no cafezinho dos desembargadores, às 15 horas, quando algo a justificasse, compartilhando momentos descontraídos com aqueles 36 ícones da Magistratura Paulista que conhecia a cada um pelo nome. Não tinha secretária, muito menos assessor. Datilografava seus votos e só após proferidos, alguém, às suas expensas passava-os a limpo para arquivo e publicação. Como dar conta de um estoque crescente de mais de 2.000 processos sem as facilidades de hoje e sem computador

Não era seu feito batalhar ou fazer campanha por cargos eletivos, ainda que com amplas condições de exercê-los, por competência, experiência e merecimento, como o fez no Tribunal Regional Eleitoral que presidiu por vários anos e onde marcou presença, ainda advogado e depois como desembargador.

Ao deixar esta Corte, em 1979, tratou de reativar sua inscrição de nº 2951 na OAB-SP, retomando a advocacia, não para maior proveito econômico-financeiro, mas precipuamente, para acolhimento aos que, aflitos o procuravam



em busca de luz e solução para seus problemas.

Em julho de 2010 recebeu carinhosa homenagem da Ordem dos Advogados Seção de São Paulo como o Decano dos advogados, com a inscrição mais antiga, exercendo a profissão. Entregou, em cerimônia especial, as carteiras aos novos advogados então inscritos.

Pessoalmente tive o privilégio e a alegria de desfrutar de seu convívio, intensamente nos últimos anos, passando juntos as segundas-feiras e com muita frequência, em seu sítio de Itapeví a que tanto se dedicou e amou.

No último texto, escrito de próprio punho, em 21 de julho de 2014 em dedicatória no livro de Vincenzo Moreno sobre a Ética do advogado (*Il Galateo degli Avvocati*) cuidadosamente escolhido de sua biblioteca pessoal, com que presenteou a bisneta Isabella, futura colega e 5ª geração de advogados, esta pelas Arcadas e Carolina, bisneta cursando a GV Law, reafirmou seus princípios norteadores da profissão que abraçou por primeiro e por inteiro:

Isabella, do coração desejo-lhe brilhante exercício profissional inspirado pelo exemplo dos ancestrais. Com carinho do “vô”

Muito obrigado.

No encerramento da cerimônia, o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Eros Piceli, agradeceu a presença de todos e afirmou que os eminentes homenageados do projeto Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante edificaram, no passado, o presente da Justiça paulista. “Na memória, nós consagramos a vida. Lembrando o desembargador Euler Bueno, nós o revivemos, para que continue presente em nosso meio.”

Prestigiaram a cerimônia o procurador de Justiça Nelson Gonzaga de Oliveira, representando o procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo; a defensora pública coordenadora auxiliar do Núcleo de 2ª Instância e Tribunais Superiores, Stéfanie Kornreich, representando o defensor público-geral do Estado de São Paulo; o presidente da Comissão de Resgate da Memória da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, José de Ávila Cruz, representando o presidente em exercício; o vice-presidente do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal da Associação Paulista de Magistrados – Apamagis, Renzo Leonardi, representando o presidente da Apamagis; os chefes do Gabinete Civil da Presidência, juízes Afonso de Barros Faro Júnior e Ricardo Felício Scaff; o delegado chefe da Assessoria Policial Civil do TJSP, Fábio Augusto Pinto; o major PM Vladimir Silva Reis, representando o chefe da Assessoria Policial Militar do TJSP; os filhos do homenageado, José Roberto Cardoso Bueno e Maria Lucia Almeida Prado; os netos Fernanda e Paulo; as noras Silvia e Creusa; o genro José Estevam e as bisnetas Carolina e Isabella; desembargadores, juízes, integrantes do Ministério Público, defensores públicos, advogados, familiares, servidores e convidados.

